

PROGRAMAS PÚBLICOS VOLTADOS PARA O ESPORTE – PONTA GROSSA/PR

Luiz Eduardo Benini², Marizabel Kowalski¹, Marie Luce Tavares³, Jaqueline de Oliveira Santana⁴

RESUMO

Este trabalho surge da necessidade de se estudar os programas públicos esportivos do Paraná, mais necessariamente da cidade de Ponta Grossa (Programas: Adhemar Ferreira da Silva, Nosso Campinho e Cidade Viva), com vistas a considerar as políticas públicas implementadas no município entre o período de 1983 a 2002, fazendo uma análise comparativa entre seus modos de organização.

Palavras-chave: políticas públicas, esporte e atleta.

ABSTRACT

This work appears of the necessity of studying the sports public programs of the Paraná, more necessarily of the city of Ponta Grossa (Programs: Adhemar Ferreira da Silva, Nosso Campinho and Cidade Viva), with sights to consider the implemented public politics in the city enters the period of 1983 the 2002, making a comparative analysis enters its ways of organization.

Key-words: Public politics, sport and athlete.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas para o esporte foram decisivas para estabelecer a diferenciação entre as atividades de Lazer e do Esporte. Após o Decreto do Governador Moisés Lupion, até então, a mídia e a própria urbanidade da cidade de Ponta Grossa faziam caminhar juntas às atividades recreativas, esportivas e culturais de maneira que tudo era motivo de “sair à rua” de “flerte” e de mostrar as novas modas. O jornal, o cinema, o rádio, o teatro e principalmente os clubes foram determinantes na produção e disseminação das culturas de massa urbanas a partir do início do século XX. As múltiplas práticas sociais encontravam nos meios de comunicação, tecnicamente avançados, o *locus* privilegiado para as representações junto ao imaginário urbano pontagrossense, tornando-as, rapidamente elementos constitutivos do cotidiano da cidade.

A agitação, o consumo, o lazer e o esporte tomaram parte deste cotidiano urbano pela sedução do consumo do novo, explicitado pela novidade dos cartazes, vitrines e propagandas nas lojas, cinemas e jornais referenciavam o “point” na Rua XV de Novembro, sobretudo aqueles que se inseriam no universo burguês em construção. Paris e Londres eram os modelos seguidos. Na moda, na música, no comportamento, na linguagem, na dança e no Esporte a Europa era a referência. Reproduziam, também, o que acontecia em centros como São Paulo e Rio de Janeiro. Os rapazes desfrutavam das vantagens oferecidas pela cidade daqueles tempos, embalados pelos padrões dos “*sportmen*” norte-americanos, provavam todos os benefícios desse modelo prevalecendo à busca de uma nova forma corporal, mais atlético e menos vestimenta, ou seja, a política menos formal que o “*dandy*” europeu. O tal jeito de ser norte americano incentivava os jovens à prática de esportes, do boxe ao tênis, ao culto do corpo, a uma elegância mais esportiva, prática e descontraída.

O que podemos afirmar é que às praticas esportivas se enquadravam nos princípios civilizatórios, próprios do estabelecimento de um novo estilo de vida “o moderno”. Atividades como ginástica, a corrida, o boxe, a patinação, o ciclismo e, principalmente o futebol ganhou destaque, não somente em Ponta Grossa, mas vivia-se o momento nacional – as ruas e os clubes eram ocupados com manifestações esportivas, fazendo aumentar o clima de agitação urbana tão almejado pelas leis decretadas pelo CND (Conselho Nacional de Desportos) criado em 1941, reformulado em 1964 e desativado no início da década de 1990. Até aí, segundo (MANHÃES 1986:10), “o esporte era regido por uma ditadura plasmada nos moldes das duas ditaduras mais cruéis do nazismo e do fascismo”.

O reflexo é sentido à submissão e subjugo das leis, jurídicas e sociais, sendo estas empurradas desde 10 de Novembro de 1937 quando instaurada o governo de extrema direita. A partir de 1964, novamente transformou-se no algoz de discussões. Em 25 de julho de 1968 é instituído em Ponta Grossa o DERO (Departamento de Esportes e Recreação Orientada) e em 1970, a ditadura do Presidente Médice aferrou-se na Política do Milagre Brasileiro. Em 1977, na Presidência do Brasil

Ernesto Geisel instituiu uma nova lei para o atleta profissional através dos Ministérios do Trabalho e da Educação e Cultura. Este período do futebol tri-campeão desencadeia projetos técnico-esportivos para a descoberta e revelação de talentos. “Brasil, país do futuro”, “Pra frente Brasil”, “Mexa-se”, “EPT”, são projetos encampados e os seus discursos ouvidos e disseminados aos quatro cantos do país até meados dos anos de 1980. A população brasileira inicia uma fase de crise econômica e apesar de tudo, o desenvolvimento e a evolução do esporte é de forma geral. A política esportiva decepcionada com o futebol investe em outras modalidades, conseqüentemente, os projetos de iniciação esportiva e praças de esportes coletivos são o auge das políticas esportivas nacional.

Conseqüentemente, o interesse aqui, se exprime na análise de alguns Programas Públicos voltados para o Esporte, mais especificamente os projetos: Adhemar Ferreira da Silva, Nosso Campinho e Cidade Viva, característicos de diferentes sistemas governamentais da Prefeitura Municipal, cujo foco é o Esporte como significado para a cidade de Ponta Grossa entre os anos de **1983 a 2002**.

O CONTEXTO DO ESPORTE E A POLÍTICA MUNICIPAL

O início dos anos de 1980 exigia um programa político voltado para o Esporte e o Lazer preocupado em propiciar à população a oportunidade de ocupação prazerosa e espontânea nas horas livres através de atividades recreativas, esportivas, expressivas culturalmente e motoras que preenchesse o ócio e tempo livre. A proposta em Ponta Grossa foi sugerida pela Secretaria de Educação e Cultura e o Departamento de Esportes e Recreação Orientada – DERO. Esta iniciativa foi o começo e, ao mesmo tempo, o ápice do significado do esporte para a cidade. O envolvimento da Educação Física, sistema regular de ensino, a recreação, a descoberta do corpo como potencial para o esporte, a motivação política da Prefeitura Municipal e o incentivo financeiro de Indústrias despertaram o interesse dos pontagrossenses em gestões municipais marcadas pela expressão que poderíamos nominar; à evidência de reais manifestações políticas em prol da atividade esportiva e as necessidades de provimento dos sentimentos e privilégios que antes apenas atingiam uma minoria, agora se popularizava – a prática popular do esporte.

O processo de reflexão propiciado pela busca de acertos e soluções para os problemas levantados caracteriza a identificação de contradições fundamentais existentes na realidade concreta de uma comunidade do interior paranaense, dentre as quais, são evidenciadas nas propostas do DERO para aquele momento de 1980 a 1990:

- O momento exigia uma mudança radical e rigorosa do sistema vigente, guiada por diretrizes que pudessem possibilitar uma democratização da prática das atividades esportivas, recreativas, expressivas e motoras, fazendo com que as mesmas deixassem de ser privilégio e passassem a constituir um direito inalienável de todo cidadão.
- As ações ordenadas por esta gestão ensejavam a unidade coerente da teoria e da prática, garantindo o envolvimento de toda a comunidade princesina, a qual necessitava ser estabelecida com precisão. Para tanto, urgia perceber que fazer esporte não era apenas praticá-lo, mas refletir, pensar e sentir as suas conseqüências sociais passando a estruturá-lo com bases definidas por uma filosofia das eliminações das contradições e dar soluções para os problemas detectados, utilizando-se para isso as leis científicas, no respeito e especificidade dos treinamentos técnicos e táticos, enaltecendo os conhecimentos dos profissionais e suas condições de aperfeiçoamento e, principalmente políticos, onde se tornou fundamental a definição de estratégias de probabilidades, efetivas oportunidades de participação popular e de descentralização do processo de tomada de decisões, cuja atuação principal, era o respeito à realidade concreta da comunidade pontagrossense com suas virtudes, deficiências, sentimentos e tradições. E finalmente, a conscientização dos Dirigentes e Profissionais, de que a ação necessária seria fundamentalmente política (não necessariamente, nos limites da política partidária, mas na qualidade de participação do comprometimento com os segmentos sociais sistematicamente marginalizados).

Com estas diretrizes de governo e a frente, o DERO, fora instituída em 1983 uma política ativa de competições esportivas, entre elas estavam presentes também as Ruas de Lazer e Encontros Culturais e Educativos. Neste mesmo ano é implantado o Projeto Adhemar Ferreira da Silva possuindo diretrizes dinâmicas e modernas. O PADFS foi delineado por uma política de resultados positivos obtidos nos anos anteriores avaliados pelo DERO. O projeto foi criado em 1985 pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte e da Quimbrasil (Química Industrial

Brasileira S/A), hoje Ipiranga Serrana. O projeto **ADFS**, dentro dos seus objetivos, buscava a revelação de valores e a formação da nova geração de atletas em Ponta Grossa. Visando a formação da “**nova geração**” do esporte na cidade ao dar oportunidades de uma prática sadia de atividades recreativas e esportivas. Este incluiu no planejamento das atividades do departamento, o Projeto **NÚCLEOS POLIESPORTIVOS**, o qual consistia em desenvolver um trabalho de iniciação esportiva em praças públicas aberto à população jovem da cidade. Com supervisão de professores de Educação Física e acadêmicos estagiários, atenderiam às crianças da periferia da cidade, iniciando e desenvolvendo a prática esportiva e proporcionando a esses menores lazes e educação.

O programa social de iniciação esportiva relevava como objetivo proporcionar a esses menores, na maioria de famílias financeiramente carentes, a oportunidade de recreação, utilizando-se do tempo livre, desenvolvendo a sociabilidade e preenchendo as lacunas e deficiências da educação familiar, levando-os a um comportamento social condizente com as necessidades primárias para um futuro mais próspero, honesto e livre de vícios perniciosos. Em 12 de abril de 1983, inicia-se a busca pelo financiamento em visita as lojas de artigos esportivos da cidade. Vários foram os patrocinadores. Organizadas em turmas distribuídas em dias alternados nos períodos matutino e vespertino, iniciaram as atividades atendendo crianças de sete a quinze anos de idade, divididos em grupos, tendo como referencial uma faixa etária alternada de 02 em 02 anos. O ano é encerrado com uma competição entre as praças, com equipes formadas pelos participantes nas modalidades de voleibol, basquetebol, handebol e futebol de salão. Com a criação dos primeiros três núcleos poliesportivos, instalados em praças da cidade e a adesão por parte da comunidade, nos anos de 1983 e 1984, houve a necessidade de ampliar o programa. Em 1984, devido aos resultados positivos conseguidos no ano anterior a partir desta experiência inicial, a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, elaborou através do Departamento de Esportes e Recreação Orientada (DERO), hoje Secretaria Municipal de Esportes e Recreação (SMER), um projeto buscando financiamento na iniciativa privada para a ampliação do programa. Sabendo que um programa idêntico era patrocinado pela Rede Globo de Televisão na capital do estado, o PIM em Curitiba, a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, através do DERO enviou o esboço do projeto para a SEED para as seguintes empresas: Fundação Roberto Marinho, Rede Globo de Televisão, Rede Manchete de Televisão, Rede Bandeirante de Televisão, Casas Pernambucanas, Química Industrial Brasileira S/A (Quimbrasil), Banco do Estado do Paraná, Banco Bamerindus do Brasil. As solicitações de patrocínio referiam-se somente ao pagamento de monitores e recursos materiais.

A Prefeitura Municipal de Ponta Grossa foi atendida pela Quimbrasil S/A, a qual assumiu o patrocínio do projeto. Estando a iniciativa privada disposta a investir nos jovens e a proporcionar o desenvolvimento do esporte, solicitou-se a extensão do patrocínio aos talentos em destaque por contrato de adoção. Paralelamente, havia sido solicitada à Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte do Paraná, a reativação do Pólo de Atletismo em Ponta Grossa estagnado desde 1980. Assim, pôde-se incorporar ao programa a modalidade de Atletismo. Em 1985 houve uma reestruturação, que com apoio do governo do Estado do Paraná e da Quimbrasil, foi indicado como patrono do programa de iniciação desportiva, o bi-campeão olímpico Adhemar Ferreira da Silva. Assegurou-se, então a continuidade dos núcleos poliesportivos e do Pólo de Atletismo, o qual passou a denominar-se projeto **ADHEMAR FERREIRA DA SILVA**.

Onze núcleos poliesportivos atendiam a crianças e jovens de 08 a 16 anos diariamente de segunda a sábado. Estes instalados em bairros mais populosos da periferia da cidade, praças e quadras poliesportivas comunitárias para as modalidades coletivas. O Atletismo foi desenvolvido na pista do 13º BIB (Décimo Terceiro Batalhão de Infantaria Blindada) e no Campus Universitário de Uvaranas (Universidade Estadual de Ponta Grossa).

Em 1987, o projeto **ADHEMAR FERREIRA DA SILVA**, foi implantado na cidade de Uberaba (MG) e em 1988 em Jacupiranga (SP) em moldes semelhantes aos de Ponta Grossa. A partir de 1991 estabeleceu-se uma competição anual entre as três cidades, com os melhores atletas, denominado de **Torneio da Amizade**, contudo, esta competição só pode ser realizada na modalidade de Atletismo e por somente quatro anos consecutivos, onde Ponta Grossa conseguiu a posse definitiva do troféu por tornar-se tricampeã.

A estrutura de apoio ao talento do Atletismo, desenvolvida sob um contrato anual entre contratante, atleta e anuente, determinava funções, direitos e deveres. Contudo, este convênio não eliminou o abandono esportivo por jovens campeões de Atletismo, pertencentes ao projeto **ADFS**. No

início dos patrocínios, na década de 80, este programa social de iniciação esportiva, teve como consequência imediata, uma maior demanda.

A análise contratual é afixada sob a Lei n. 8.672 de 06 de julho de 1993, Capítulo III, DA CONCEITUAÇÃO E DAS FINALIDADES DO DESPORTO, que o considera atividade predominantemente física e intelectual, podendo o mesmo ser reconhecido como Desporto Educacional; Desporto de Participação; Desporto de Rendimento, este ainda em modo profissional, semi-profissional e amador.

Estreitamente ao Capítulo VI, DA PRÁTICA DESPORTIVA PROFISSIONAL ressalta-se dos artigos a liberdade aos atletas, entidades de prática desportiva e entidades de administração do desporto para a organização da atividade profissional de sua modalidade; a caracterização da atividade do atleta profissional por remuneração pactuada em contrato com pessoa jurídica, sendo devidamente registrado na entidade federal de administração do desporto e ainda é vedada a prática do profissionalismo em qualquer modalidade desportiva, quando se tratar do desporto educativo, seja ele militar ou inferiores à categoria juvenil.

Com a análise dos dados da Lei 8.672, de 06 de julho de 1993, julga-se a pré-disposição do Atletismo para a saída profissional do esporte. No artigo de Alba ZALUAR (1991a), **O esporte na Educação e na Política Pública**, um depoimento chega a confirmar o comentário acima, quando fala "(...) o filho pobre tem mais disposição para treinar, para levar o esporte a sério, mas para ele falta tudo (...). Aí chega a Fundação e é o início da força. Mas o atleta fica adulto e não encontra lugar para continuar, é obrigado a parar para trabalhar". A maneira como é desenvolvida a modalidade faz com que o indivíduo se adapte a um estilo de vida, e comece a competir pelo simples fato de superar as suas marcas próprias e a de seus adversários. No entanto, não se pode desconsiderar as influências dos contextos que o cercam. Questiona-se nesta gestão, o esporte como futuro de uma profissão.

O que quero dizer, é que apesar da legislação amparar a profissionalização esportiva, a sociedade discrimina. Tal discriminação deve-se ao fato do contexto social em que os jovens atletas estão inseridos, onde não recebem um respaldo familiar necessário em contrapartida do "suor que treinaram". Para ZALUAR (1991b), "a tensão entre o esporte como mero divertimento e o aprimoramento da técnica, mantida de alguma forma nos programas, em especial o PRIESP, fica ainda mais patente entre os alunos que vêm no esporte uma possibilidade de profissionalização". Se através do esporte o jovem busca alguma afirmação social, a profissionalização esportiva exige um aprendizado muito mais lento e penoso, além de provavelmente ineficiente e escasso. Assim mesmo, para a falta de estímulo intelectual para enfrentar a escola, não falta endosso para a atividade física em que ainda pode-se sonhar com a fama e o dinheiro na indústria do esporte. Desta maneira, o jovem esportista se dedica a esta atividade, aceitando convênios e contratos de empresas que em benefício próprio, usufruem da Lei vigente de Fomento Esportivo, contratando o jovem talento como se contrata um operário apto ao desempenho esportivo. Provavelmente, estes contratos têm problemas legais (pg. 32 a 38) podendo gerar discussões futuras. Nenhum dos programas analisados aqui apresentou soluções satisfatórias para o aspecto do profissionalismo da atividade esportiva, por ser localizado e tópico ou por ter uma concepção ideológica que na prática impede o enfrentamento desse problema.

Outro aspecto a ser destacado, é que estes projetos destacam como objetivo a seleção de alunos visando à formação de equipes representativas das escolas tanto a nível individual como coletivo, acrescentando que, mais tarde, estes talentos surgidos do JEM (campeões mirins), são convidados a integrar a equipe de treinamento do projeto ADHEMAR FERREIRA DA SILVA. Nas escolas envolvidas nos JEM, nos meses antecedentes à competição, as aulas de Educação Física são utilizadas para a seleção de atletas e para o treinamento, iniciando a segregação escolar. Os destaques eram levados pelos técnicos, em geral o próprio professor da escola particular ou o acadêmico estagiário no caso da escola municipal, raras vezes com experiência na área e com a criança, estipulavam um horário extra de treinamento diário e extra-escola. A aula de Educação Física acaba, neste período, por transformar-se em aula de treinamento esportivo. O objetivo geral dos JEM convencionou-se chamar de "**primeiro selecionamento de talentos**", alguns professores convencionalmente chamavam de "**peneirada**", objetivo passado adiante durante os JEM, onde outra seleção era feita e os campeões escolhidos e convidados a integrar a equipe para o treinamento específico na modalidade que se destacavam, principalmente no grupo III, IV e V, indo a integrar o projeto **ADHEMAR FERREIRA DA SILVA**, e mais tarde, a equipe municipal em competições de outros níveis, como talentos esportivos.

Tal fato incentivou muitas crianças e adolescentes visando unicamente os contratos remunerados, só que para isso tinham de fazer a criança-atleta vencer, culminando assim no excesso de treino até que a família, a escola e professores transformam-na em “*herói*”, o apoio é muito bem recebido e a criança é incentivada ao máximo. O patrocínio que, justo, ajuda na provisão familiar e como suporte escolar superior ao pretendido por ela e pela família. Com o passar dos anos a criança é transformada num jovem campeão, nada muda nos títulos e honras, mas nos contextos sociais, educativos, financeiros e culturais as transformações acontecem. A transformação de valores do Atletismo para o adolescente e para a família torna-se contraditória. O esporte muda de contexto no caminho percorrido entre a infância e a juventude. Os ideais de vida não são mais os mesmos. A modalidade esportiva não consegue suprir os horizontes que este jovem agora está aspirando.

Desta maneira, a mudança radical dos objetivos, gera a descaracterização do programa e grandes transformações começam a surgir. O incentivo financeiro muda a visão humana do programa, caracterizando-se crescentemente pelos seus aspectos mercantis. Da massificação para a busca de vitórias, seleciona os talentos esportivos arbitrariamente e elimina os menos aptos. Concentra o apoio financeiro e com isso, os problemas sociais dentro das equipes, começam a despontar. O abandono precoce do Atletismo por jovens campeões é marcante e as contratações de atletas de outras cidades são notáveis em substituição a falta de talentos locais acarretada por desvios dos objetivos propostos para o programa.

A preparação desportiva compreende o aproveitamento de todo o conjunto de meios tecnológicos, da medicina, da biomecânica..., que asseguram a obtenção e a elevada predisposição para alcançar resultados de alto rendimento direcionados à competição.

Para CAVALCANTI (1984):

No quadro da industrialização e urbanização, o esporte é desenvolvido à medida que se desenvolvem as forças produtivas como resultante do progresso científico e técnico. A sua organização, seus valores, sua categorias, seu dinamismo, demonstram que o esporte é um puro produto deste progresso, cujo critério é a racionalidade e a busca da produtividade (...). O capitalismo introduziu a idéia de rendimento- tempo- trabalho-produção, e toda essa dinâmica reflete-se integralmente no esporte.

A sociedade contemporânea é caracterizada por profundas mudanças em todos os domínios. O esporte sofre, também, tais mudanças e assume características diversas, transformações necessárias para se adequar à modernidade, perfeitamente integrada ao modo de produção industrial. O esporte especializa a criança. Com isso, desde “*cedo*” direciona a criança a esportes específicos e para a competição.

A mudança de interesses associada aos contextos educativos, econômico, social e cultural, no entanto influencia esta consideração tanto nas decisões de escolha e permanência profissional quanto na prática de um esporte. DURKHEIM, citado por LÖWY (1993), define o fato social como sendo “(...) toda maneira de agir, fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior, ou mais ainda, que é geral na extensão de uma dada sociedade, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter”. Até que ponto são válidos os objetivos dos programas sociais de iniciação desportiva para crianças e adolescentes se não acredita no esporte como futuro de uma profissão? Programas como o PRIESP (Programa de Iniciação Esportiva), da Fundação Roberto Marinho (1978), o RECRIANÇA da Secretaria de Assistência Social do antigo Ministério da Previdência (1987), PROLIMP, Projeto Olimpíada de Brasília (idealizado em 1971 e implantado durante os anos de 1982 e 1983) e no Paraná, o PIM (Programa Integrado a Menores) em Curitiba e o Projeto **ADHEMAR FERREIRA DA SILVA**, em Ponta Grossa, mantido pela Prefeitura Municipal e patrocinado pela indústria/empresa Ipiranga Serrana, desde 1985 vinha desenvolvendo atividades de iniciação esportiva, cujos objetivos se fixam na massificação e divulgação do esporte às classes populares e busca de talentos.

Com a mudança de Governo Municipal, por eleições, na tentativa de se manter uma política fortemente estruturada para o Esporte Pontagrossense, em 1998 instaura o programa “Nosso Campinho” onde o objetivo principal é a utilização de espaços físicos ociosos na cidade de Ponta Grossa para a prática da atividade esportiva, especificamente, para o futebol. A política esportiva de 1997 a 2000, ao definir seus programas, partiu de uma dimensão social da Educação Física e suas atividades específicas educacionais, do programa de iniciação esportiva, competições oficiais e não oficiais envolvendo e

comovendo a comunidade, dimensionando a representação nacional e internacional, com proposta de participação de vários segmentos políticos, econômicos e cultural, de modo que levou à integração e transformação do cotidiano cidadão, para um novo sistema de política esportiva municipal, cujo objetivo não houve a preocupação de caracterizar esse ou aquele segmento, mesmo porque as ações políticas poderiam priorizar o desenvolvimento de uma realidade concreta já definida, com planejamento edificado e planejada em prol do esporte pontagrossense.

No entanto esta política da não caracterização dos segmentos, ao considerar a criação de escolinhas em terrenos/locais diferenciados e fora do contexto das construções destinadas como meio e fim da atividade esportiva, como solução para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de talentos, ou ainda mais para a iniciação social para o esporte, leigos e alguns especialistas fizeram com que o esporte na realidade pontagrossense, começasse a morrer, tendendo progressivamente a afastar as crianças e os adolescentes do processo natural de integrar a comunidade, fazendo parte das concepções objetivas da cidadania. Com respeito a este programa, em que de fato, acontece fora do ambiente esportivo instituído, construído e criado para este intento, como se ação esportiva nada tivesse em comum com a formação do cidadão no sistema educacional, social, cultural vigentes, é, principalmente, na participação efetiva como cidadão, que se eliminam todas as possibilidades de propiciar a estes jovens a oportunidade de promover o seu desenvolvimento adequado fazendo entrar num caixão de isolamento social dentro dos “campinhos”, desestruturas baldias na periferia da cidade, dispensando toda a estrutura já reconhecida e consagrada de poucas gerações, se bem que sabemos que muitas gerações já passaram por este processo e nem por isso constituíram uma força esportiva significativa, portanto, num processo reflexivo sobre estas gestões propiciamos a abertura para a busca de respostas e soluções para mudanças tão radicais em duas gestões governamentais na cidade de Ponta Grossa e para as Políticas Públicas Voltadas para o Esporte.

Em 2001, estamos diante da existência de modelos (técnico-administrativos) para serem copiados ou senão, reproduzidos talvez, principalmente de estados de ânimos diferenciados e politicamente situados. Não encontramos a existência de um esquema paternalista e clientelista, também não sabemos ainda, mas encontramos uma série de eventos com um fim em si mesmos, sem qualquer reflexo social a não ser uma fixação de uma tradição de jogos esportivos, gerado pelo “Cidade Viva” uma situação não tão eminentemente elitista, passageira e onerosa, mas uma ação que possui como objetivo primordial envolver a população num clima de participação contínua e natural. As Políticas Públicas para o Esporte Pontagrossense, atualmente, à vista preliminar, tentam combater a repetição, todos os anos, de um calendário de eventos sem mudanças significativas e sem grandes perspectivas. O que podemos afirmar é uma luta constante de saber que a realidade concreta de Ponta Grossa é dinâmica, necessitando ser constantemente criada e recriada. Intencionalmente, inventam-se programas com origem nas situações ambientais, culturais, e nas tradições populares de ocupação do tempo livre e do ócio, fato, provavelmente, decorrente da falta de sistematização das visões relativas às atividades esportivas, recreativas, expressivas e motoras, não possibilitando a percepção de seus valores e reais significados. A necessidade de uma política vista como um curso de ações recíprocas em busca de continuidade, criando o clima essencial que venha garantir mudanças e transformações sociais, através da participação dos segmentos inerentes a qualquer administração pública do município, estado, das próprias federações esportivas especializadas aos pequenos e grandes clubes, das escolas aos clubes de serviço e associações de bairro, dos menores esportistas na rua aos menores de rua à escola esportiva.

ANÁLISE DOS DADOS DOS PROGRAMAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM PONTA GROSSA

Os dados documentais são ricos em informações, jornais, arquivos municipais, e evidências dos fatos e acontecimentos na história recente do nosso esporte, portanto, acredito na necessidade das averiguações do discurso político destes anos, das informações subjetivas a respeito dos programas de governo e sua vontade de acertar, principalmente, numa política esportiva que interfere no orgulho pontagrossense.

Os programas sociais de iniciação esportiva, assim como as atividades físicas e recreativas estão presentes nas políticas municipais, mesmo estas não exigindo um vínculo ou compromisso atuante, fica a critério de cada um a inclusão e a exclusão nos diversos segmentos, expondo um retrato governamental que deparamos com alguma argumentação política a este respeito. A identificação da

procura do prazer autônoma, imaginativa para preencher o tempo livre, como a força que foi o EPT, Mexa-se, Recriação, PIM, Adote um Atleta, em grande parte, responsável pela forma dinâmica adotada pelo consumismo moderno orienta-nos a atenção, naturalmente, para aqueles desenvolvimentos culturais que podem ser identificados como capazes de criar e justificar um tipo de hedonismo.

Estas manifestações políticas para implementação de programas para a prática de atividades coletivas na comunidade não possuem uma regra básica para a tomada de decisões, entretanto, impressiona o distanciamento dos objetivos estimados para a execução do plano governamental, incorrendo em falhas na apreensão e consistência dos discursos no que tange aos dados de investigações e, acima de tudo, apesar de estar justificando os anseios da comunidade, a não assiduidade deteriora a programação semanal e periodização, a fim de concretizar o objetivo efetivo de que se tenha uma prática saudável e de qualidade.

Esse equilíbrio entre o individual por parte da política e coletivo da comunidade, ação e estrutura, sugere outro problema sociológico ao explicar estilos e a estética implantada para a atividade física destes programas públicos. Por um lado, a perspectiva estética aprecia que o governo gere a sua própria panóplia de ações, estilos e criatividade produtiva. Por outro lado, a posição mais funcional vê a cultura das políticas públicas comunitárias como uma reprodução direta de relações sociais mais amplas. Esse tipo de funcionalismo crítico identifica uma conexão latente entre a prática da cultura popular e as condições materiais de exploração e opressão. Assistir a uma novela ou tocar numa banda de rock não envolve realmente um exercício de distância crítica, apreciação estética ou gosto adquirido. As atividades físicas direcionadas são certamente modeladas por dentro de uma sociedade, mas elas produzem o seu próprio universo de relações de poder, significados, discursos e estilos estéticos. Nas estruturas dos programas sociais de iniciação esportiva e do esporte de rendimento, viu-se um grande potencial de lucro. Qualquer esporte é bem vindo, basta que invista no talento. Esse consumismo gerou um crescimento cíclico. Por um lado, a indústria lucrando, por outro, o esporte sendo divulgado, prestigiado e com novos atletas se formando.

Em Ponta Grossa, tentou-se caminhar na direção de uma estrutura esportiva mais moderna. Para os dirigentes "(...) o que sobra na cidade é talento e dedicação". Porém os problemas começam pela própria postura do empresário pontagrossense, que ainda vê o investimento no esporte como "uma ajuda". O que não absolve os dirigentes esportivos, a quem muitas vezes falta "jogo de cintura" para negociar com o patrocinador. Contratações erradas, falta de acerto entre jogadores, desarranjo político, qualquer coisa pode mandar tudo para o espaço, ou o atleta para casa.

O trabalho político empresarial, a criação por decreto-lei destes programas, sua estrutura direcionada à população, a iniciativa privada, o conjunto empresarial local, demonstram que de fato não tem nada haver com a tese instaurada para estes programas como uma possível solução para os problemas sociais. Nesta tese, a estrutura macro (estrutura política), diferencia substancialmente da estrutura micro, dos objetivos particulares de cada grupo de investidores, neste caso, para o fenômeno esportivo. Como sem as estrelas, não há público, não há renda nem retorno financeiro, não há prêmio para incentivar as performances, a transformação do esportista e sua força de trabalho num doloroso processo de profissionalização parecem ser inevitáveis. O esportista se vê levado a negociar e a vender sua força de trabalho dependendo da qualificação que possua. O esporte se institucionaliza, não só na prática padronizada por regras, mas na sua forma organizativa e associativa. As sociedades esportivas diferenciam-se uma das outras pelo esporte mais praticado pela comunidade ao qual pertencem e, paralelamente, pela categoria social ou profissional de seus participantes, apesar de sua natureza de valor sócio-cultural, não escapam a essa lógica capitalista. Pode-se afirmar que as políticas públicas para o esporte dependem das circunstâncias, condicionadas políticas e socialmente. Apesar dos incentivos a iniciativa privada tanto cria quanto mascara talentos fazendo com que se busque a o prestígio pelo resultado em outros setores da vida.

Já os programas de iniciação social esportiva, destinados às classes populares, como "Nosso Campinho" apresenta-se como uma "faca de dois gumes". Um dos gumes serve para cortar o mal sofrido pela sociedade e os pequenos delitos causados por esta população, outro servem para realimentar o sistema quer eliminando tanto os menos quanto os mais aptos, quer ampliando sua atuação passiva e/ou não revelando o talento. Nesta estrutura de desenvolvimento dos programas de iniciação esportiva, o esporte é pretendido e apresentado como "**panacéia**" de todos os males da sociedade. O indivíduo, neste contexto, torna-se o – "deve ser" – exemplo de futuro cidadão, refletindo a sociedade num conjunto de ações recíprocas de comportamentos controlados pela rotina cotidiana. Não excluí aí o ADFS ao

atingir determinadas classes sociais (populares), torna-se válvula de escape de uma vida destinada ao operariado, às vezes, tiram crianças das ruas, levando-as a se tornarem “esportistas”. O jovem condicionado ao treinamento da sobrevivência está mais condicionado ao salário mensal. No outro gume da faca, ambos os projetos instaurados, pertencentes ao poder público, encontramos na arrecadação de patrocínios e incentivos para promover o chamado “**bem social**”, destinado a poucos; tanto aos poucos talentos quanto aos poucos profissionais atuantes na área, integrantes desta sociedade na qual o esporte de massa está vinculado. O jovem, inserido no contexto esportivo como talento, é levado ao patrocínio por contrato anual, desde que carregue uma marca em seu uniforme ao representar uma entidade que financia sua alimentação, sua escola, seu ônibus e suas viagens. A iniciativa privada vê no esporte, através dos programas sociais, uma maneira de usufruir os incentivos fiscais de fomento esportivo. Para isso investe em projetos municipais, sendo que, a redução de impostos é o maior chamariz para estas empresas. O esporte passa a promover e ser promovido. As indústrias passam a investir em um novo tipo de propaganda e ganham com isso, redução de taxas de mercado, divulgação de produtos e aceitação na comunidade com uma visão mais social.

As políticas públicas passam a explorar este novo investimento. Secretarias Municipais geraram projetos sucessivos de incentivo ao esporte, criando, desta maneira, um patamar hierárquico a ser alcançado pelos jovens, os quais buscam nos programas esportivos um meio de ascensão social. Assim esses talentos, inseridos em programas para as classes populares, promovem tanto empresas quanto o poder público e, por algum tempo, usufruem o patrocínio e são promovidos pela estrutura ligada a este tipo de investimento até serem substituídos por outros mais aptos. A indústria, privada e pública, colaborando com o desenvolvimento do esporte e incentivando a prática social da atividade física, desempenha funções condicionadas ao retorno financeiro e social que venham a justificar seus investimentos. Desta maneira, o incentivo, ainda que muito bem recebido, concorre no mercado com a aceitação de um emprego vitalício nas áreas formais do mercado de trabalho, comprovadamente, uma boa proposta supera qualquer busca de ideal quer seja esportivo quer seja humano, naturalmente.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BENEFÍCIOS Fiscais/ Imposto de Renda/ Esporte Amador. Lei n. 7.752, de 14 de abril de 1989, reestrutura pela Lei 8.762, de 06 de julho de 1993.

CAVALCANTI, K. B. **Esporte Para Todos:** Um discurso ideológico, 1984.

LEI de Incentivo ao Esporte (Medidas de Proteção Especial dos Esportes, Brasília, 8 de outubro de 1975, Ernesto Geisel, Ney Braga e Delfim Neto). Ministério do Esporte, 26/06/2003.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social:** elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1993

MANHÃES, Eduardo Dias. **Política de esportes no Brasil.** RJ: Graal, 1986.

PROJETO ADHEMAR FERREIRA DA SILVA. Prefeitura Municipal de Ponta Grossa – 1985 – 1997.

ZALUAR Alba. **O Esporte na Educação e na Política Pública.** Revista da Ciência da Educação. Educação e Sociedade. Ano XII abril de 1991.

ZALUAR, Alba. **Cidadãos não Vão ao Paraíso:** políticas públicas para a juventude. São Paulo: Cortez, 1991.

¹ Professora adjunto, UFV/DES - belkowalski@ufv.br - (31) 3899-4379

² Graduando, UFV/DES - eduardo_nemo@yahoo.com.br - (31) 9272-3583

³ Graduanda, UFV/DES - marieufv@yahoo.com.br - (31) 9236-1364

⁴ Graduanda, UFV/DES - jaqueufv@yahoo.com.br - (31) 38913293